COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA

CNPJ Nº 72.372.998/0001-66

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Senhores Acionistas: A Diretoria da Companhia Portuária Baía de Sepetiba, em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório de atividades da Companhia e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Sociedade iniciou suas atividades operacionais em 2001, e passou a ser totalmente controlada pela Vale S.A., em 2002 quando a sua antiga controladora, FERTECO, foi incorporada. A CPBS é uma sociedade anônima, de capital fechado, com prazo indeterminado e com sede no Rio de Janeiro, cuja atividade operacional consiste na exploração de instalações portuárias, com prioridade aos produtos minerais e agrícolas, em especial ao minério de ferro produzido por sua controladora. A Sociedade mantém contrato de arrendamento junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ desde dezembro de 1996, cujo prazo é de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por um único e igual período. A Sociedade gerou uma receita operacional líquida de R$137.502 mil obtendo uma margem negativa da ordem de 9,6 %, versus R$424.437 mil e margem bruta de 57,2 % no ano anterior, decorrente do volume de 5.696 toneladas movimentadas em 2019 e de 19.156 toneladas movimentadas em 2018. O resultado financeiro líquido diminuiu, em relação ao exercício anterior (R$ (18.403) mil em 2019 contra R$3.735 mil em 2018), em função principalmente do reconhecimento dos juros sobre o passivo de arrendamento reconhecido em 2019. Os efeitos das operações da Sociedade proporcionaram à seus acionistas, após as despesas com imposto de renda e contribuição social, um prejuízo de R$53.891 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ao encerrarmos o exercício de 2019, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Vale S.A., bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho, na condução de nossas operações.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020

Walter Carvalho Pinheiro Filho — Diretor
Carlos Alberto Azevedo Alves Filho — Diretor
Luís Carlos Carvalho Nunes — Diretor

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Receita líquida de serviços prestados	4	137.502	424.437
Custo de serviços	5	(150.627)	(181.634)
Lucro (prejuízo) bruto		**(13.125)**	**242.803**
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais, líquidas	6	(49.221)	(5.961)
Lucro (prejuízo) operacional		**(62.346)**	**236.842**
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		1.583	4.514
Despesas financeiras		(19.986)	(779)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**(80.749)**	**240.577**
Tributos sobre o lucro	8		
Tributo corrente		43	(78.694)
Tributo diferido		26.815	(520)
		26.858	**(79.214)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(53.891)**	**161.363**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Em R$		(0,33)	0,99

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(53.891)**	**161.363**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**(53.891)**	**161.363**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**(80.749)**	**240.577**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	75.286	18.754
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		18.835	(747)
Provisão para perda de recebível e impostos	6	19.648	-
Outros		(2.299)	(817)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		55.496	(21.143)
Tributos a recuperar		(10.952)	3.057
Fornecedores		29.561	9.862
Arrendamento	2(c)	(18.779)	-
Tributos a pagar		5.184	8.853
Outros ativos e passivos, líquidos		(2.905)	1.346
Caixa proveniente das atividades operacionais		**88.326**	**259.742**
Impostos pagos		**(42.785)**	**(72.153)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**45.541**	**187.589**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	13	(27.646)	(38.549)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(27.646)**	**(38.549)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Arrendamento	2(c)	(38.567)	-
Dividendos pagos aos acionistas	15(c)	-	(142.531)
Mútuo com acionistas	16	40.000	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		**1.433**	**(142.531)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício		19.328	6.509
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.257	18.748
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		**44.585**	**25.257**
Transações que não envolveram caixa:			
Adição ao imobilizado - Arrendamento (CPC 06)		(401.266)	-
Passivo de Arrendamento (CPC 06)		401.266	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	44.585	25.257
Contas a receber	10	5.317	60.813
Almoxarifado	11	15.150	13.255
Tributos a recuperar	12	16.943	7.515
Outros		870	1.932
		82.865	**108.772**
Ativo não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	8(a)	33.023	6.256
Tributos a recuperar	12	1.170	2.203
Outros		507	599
		34.700	**9.058**
Intangível	13	-	14
Imobilizado	13	656.013	317.479
		690.713	**326.551**
Total do ativo		**773.578**	**435.323**
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	10	58.555	28.957
Arrendamento	2(c)	54.597	-
Dividendos	15(c)	80.681	80.681
Tributos sobre o lucro a recolher		-	32.180
Tributos a recolher		1.727	7.148
Outros		5.945	7.930
		201.505	**156.896**
Passivo não circulante			
Arrendamento	2(c)	308.102	-
Mútuo com parte relacionada	16	40.014	-
Provisões para processos judiciais	14	1.890	2.469
		350.006	**2.469**
Total do passivo		**551.511**	**159.365**
Total do patrimônio líquido	15	**222.067**	**275.958**
Total do passivo e patrimônio líquido		**773.578**	**435.323**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**162.730**	**32.546**	**71.265**	**-**	**-**	**266.541**
Lucro líquido do exercício	-	-	-		161.363	161.363
Transações com acionistas:						
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	(71.265)		-	(71.265)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(80.681)	(80.681)
Apropriação para reservas	-	-	-	80.682	(80.682)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**162.730**	**32.546**	**-**	**80.682**	**-**	**275.958**
Prejuízo do exercício	-	-	-		(53.891)	(53.891)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(53.891)	53.891	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**162.730**	**32.546**	**-**	**26.791**	**-**	**222.067**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade opera o Terminal Marítimo de Itaguaí ("terminal portuário"), localizado na Baía de Sepetiba, prestando serviços portuários de minério de ferro, que inclui desde a descarga do minério de vagões ferroviários até o carregamento em navios. Atualmente, a Sociedade presta serviços para a Vale S.A. (controladora) e terceiros. Para as operações no terminal portuário, foi realizado em 1996 um contrato de arrendamento com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") por uma parcela fixa anual corrigida a cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance do terminal portuário. Em 2019, a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo, entretanto, a Vale tem intenção de continuar a prestar apoio financeiro suficiente para a Sociedade manter sua capacidade operacional, de modo a cumprir as responsabilidades e obrigações contratuais a vencer, bem como exercer as atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações. Neste contexto, a Sociedade é capaz de liquidar seus passivos no curso normal das operações, não havendo dúvida sobre a sua continuidade operacional. A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale S.A. ("Vale"). **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade. **b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico dos ativos quando aplicável. Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de janeiro de 2020, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria. **c) Novos pronunciamentos: CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil -** A partir dessa norma, os arrendatários deverão reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração avaliou o impacto da adoção da referida norma, e concluiu que basicamente os efeitos da adoção dizem respeito ao contrato de arrendamento relativo as operações no terminal portuário firmado com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") até junho de 2026. Exceto por essa transação não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras quando da aplicação dessa norma, já que não possui outros contratos de arrendamento em valores relevantes. A Sociedade adotou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Dessa forma, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser divulgada de acordo com o CPC 06 e interpretações relacionadas. Na transição para o CPC 06, esses contratos passaram a ser classificados como arrendamento e foram reconhecidos no balanço patrimonial. O montante reconhecido foi mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais remanescentes ao valor presente, usando a taxa incremental de captação de 4,97% ao ano, de acordo com o período contratual remanescente. A Sociedade reconheceu em seu ativo o valor de R$401.266 pelo contrato de arrendamento de porto. O saldo em 31 de dezembro de 2019 e a movimentação relativa ao ativo está apresentada na nota 13. A movimentação do passivo de arrendamento no ano de 2019 foi a seguinte:

	Saldo em
Adoção em 1º de janeiro de 2019	**401.266**
Pagamentos	(57.346)
Juros	18.779
31 de dezembro de 2019	**362.699**

O passivo de arrendamento está apresentado no balanço patrimonial como "Arrendamentos" no circulante e não circulante. O acréscimo de juros reconhecido no resultado está descrito na nota 6. Até 31 de dezembro de 2018, esses contratos descritos acima eram classificados como arrendamento operacional e não estavam reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade. Os pagamentos contratuais eram reconhecidos na demonstração do resultado de forma linear pela vigência contratual. **ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de impostos -** A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. A Sociedade avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto em suas demonstrações financeiras. **3. Rompimento da barragem de Brumadinho:** Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da Barragem I da mina do Córrego do Feijão, que pertence ao Complexo Paraopeba no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil ("Barragem de Brumadinho"). Essa barragem, construída pelo método de alteamento a montante, estava inativa desde 2016 (ou seja, sem descarte adicional de rejeitos) e não havia nenhuma outra atividade operacional na estrutura. Em decorrência do rompimento da Barragem de Brumadinho ("evento"), a Vale possui algumas operações suspensas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Companhia em suas estruturas de barragens a montante. Essas paradas de operação impactam a capacidade de produção de minério de ferro da Vale ao longo de 2019. A Vale trabalha em medidas legais e técnicas para retomar essas operações o mais rápido possível. Como consequência do evento, a Sociedade apresentou reduções significativas nos embarques realizados em 2019, refletindo diretamente na receita de serviços auferida durante o período. Projeções realizadas ao fim do exercício de 2019 indicam a retomada dos embarques ao longo de 2020, alcançando patamares de performance próximos a períodos antes do evento. Demais impactos do evento são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras da Vale, não havendo outros desdobramentos relevantes que impactem o plano de negócios da Sociedade, bem como alterações em suas demonstrações financeiras em decorrência do evento.

4. Receita líquida de serviços prestados

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Receita bruta	**160.352**	**494.973**
Menos:		
Impostos sobre serviços	(22.850)	(70.536)
Total	**137.502**	**424.437**

As transações de receita de serviços foram realizadas em sua maioria com a Vale (parte relacionada). A Sociedade apresentou reduções nos embarques durante o ano de 2019 em decorrência do acidente ocorrido na barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, conforme explicado na nota 3. Em consequência, a receita de serviços reduziu aproximadamente 68% comparado com o ano anterior.

5. Custo de serviços

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Arrendamento (i)	-	(64.168)
Pessoal	(27.825)	(38.833)
Material e serviço	(50.537)	(43.451)
Energia	(5.552)	(11.179)
Depreciação e amortização (i)	(62.351)	(18.754)
Outros	(4.362)	(5.249)
Total	**(150.627)**	**(181.634)**

(i) Com o advento do CPC 06 (R2), o qual a Sociedade adotou em 2019, o custo de arrendamento passou a ser registrado pela amortização do direito de uso do ativo arrendado e não mais pelos montantes incorridos de arrendamento.

6. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Despesa com auto de infração	-	(1.428)
Capacidade ociosa (i)	(30.932)	-
Provisão para perda de recebível (ii)	(17.058)	-
Receita de sinistro (iii)	4.093	-
Provisão para perda de impostos	(2.590)	-
Despesa incentivada (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronon, Pronas, Lei do Idoso e FIA)	-	(2.875)
Outras despesas	(2.734)	(1.658)
Total	**(49.221)**	**(5.961)**

(i) Valor originado pela redução dos embarques da Sociedade em 2019, conforme evidenciado na nota 3. (ii) Valor refere-se a provisão para perda de recebível da Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") pela dragagem realizada em 2018 pela Sociedade que é, conforme estabelecido no edital do arrendamento, de responsabilidade da CDRJ. (iii) Refere-se a sinistro ocorrido em um dos dolphins do terminal portuário recebido em 2019.

7. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre atraso no recolhimento de imposto	(658)	(1.106)
Juros sobre passivo de arrendamento	(18.779)	-
Variações monetárias e cambiais	(38)	(20)
Outras	(511)	347
	(19.986)	**(779)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.428	4.341
Variações monetárias e cambiais	115	166
Outras	40	7
	1.583	**4.514**
Resultado financeiro, líquido	**(18.403)**	**3.735**

8. Tributos sobre o lucro: a) Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2019	2018
Ativo tributário diferido		
Tributos sobre o resultado fiscal	17.133	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	643	840
Provisão para perda esperada (nota 6)	9.113	3.313
Participação nos resultados	962	1.726
Adoção ao CPC 06 (R2) (i)	4.925	-
Outros	247	377
Tributos sobre o lucro	**33.023**	**6.256**

(i) Juros sobre passivo, reversão do gasto e depreciação do arrendamento são considerados como base temporária para fins de apuração fiscal. **b) Reconciliação dos tributos sobre o lucro:** O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**(80.749)**	**240.577**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	**27.455**	**(81.796)**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronon, Pronas, Lei do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência)	-	2.875
Outros ajustes	(597)	(293)
Tributos sobre o lucro	**26.858**	**(79.214)**

9. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2019	2018
Caixa e bancos	1.644	6.541
Aplicações financeiras	42.941	18.716
Total	**44.585**	**25.257**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). O saldo de aplicações financeiras no montante de R$4.931 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (R$18.716 em 2018) e notas compromissadas no montante de R$38.010, prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI").

10. Contas a receber e fornecedores

	Nota	Contas a receber 31 de dezembro de 2019	2018	Fornecedores 31 de dezembro de 2019	2018
Partes relacionadas	16	5.181	60.741	917	2.928
Terceiros		136	72	57.638	26.029
Total		**5.317**	**60.813**	**58.555**	**28.957**

O saldo de contas a receber com partes relacionadas refere-se às operações de serviços portuários com a Vale. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia inadimplência no contas a receber com partes relacionadas. O contas a pagar com parte relacionada refere-se a compra de energia elétrica e serviços administrativos e estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui R$26.803 (R$9.745 em 2018) de recebíveis com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") referentes à gastos de dragagem do porto, cuja responsabilidade de execução era da CDRJ. Este recebível está totalmente provisionado para perda em 31 de dezembro de 2019 e 2018. O saldo de fornecedores terceiros refere-se, em sua maior parcela, a provisão de pagamento à CDRJ pelo complemento ao mínimo obrigatório a ser movimentado no terminal portuário, conforme estabelecido no edital do arrendamento. O CPC 48 – Instrumentos Financeiros substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para o contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial. **11. Almoxarifado:** Representados por peças de reposição de máquinas e equipamentos, utilizadas regularmente nos equipamentos de manuseio e embarque de minério de ferro para a prestação de serviços no montante de R$15.150 (R$13.255 em 31 de dezembro de 2018). **12. Tributos a recuperar:** Refere-se a créditos tributários originados nas prestações de serviços e compras de insumos.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Impostos e contribuições federais brasileiras	20.137	6.751
Provisão para perda de créditos de PIS e COFINS	(2.590)	-
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF") a recuperar	333	2.269
Outros tributos a recuperar	233	698
Total	**18.113**	**9.718**

13. Imobilizado e intangível

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Contratos de arrendamento	Outros	Imobilizado em curso	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**103.707**	**124.970**	**48.408**	**-**	**6.943**	**13.640**	**214**	**297.882**
Adições	-	-	-	-	-	38.549	-	38.549
Baixas	(14)	-	-	-	(154)	(16)	-	(184)
Depreciação e amortização	(3.274)	(5.148)	(8.059)	-	(2.073)	-	(200)	(18.754)
Transferências	849	7.839	6.202	-	16.932	(31.822)	-	-
Total	**101.268**	**127.661**	**46.551**	**-**	**21.648**	**20.351**	**14**	**317.493**
Custo	138.624	213.733	106.538	-	27.303	20.351	1.572	508.121
Depreciação/amortização acumulada	(37.356)	(86.072)	(59.987)	-	(5.655)	-	(1.558)	(190.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**101.268**	**127.661**	**46.551**	**-**	**21.648**	**20.351**	**14**	**317.493**
Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)	-	-	-	401.266	-	-	-	401.266
Adições	-	-	-	-	-	27.646	-	27.646
Baixas	-	-	-	-	(15.106)	-	-	(15.106)
Depreciação e amortização	(3.708)	(6.746)	(9.701)	(53.053)	(2.064)	-	(14)	(75.286)
Transferências	4.756	(2.797)	18.113	-	2.090	(22.162)	-	-
Total	**102.316**	**118.118**	**54.963**	**348.213**	**6.568**	**25.835**	**-**	**656.013**
Custo	142.740	215.396	120.904	401.266	12.214	25.835	1.572	919.927
Depreciação acumulada	(40.424)	(97.278)	(65.941)	(53.053)	(5.646)	-	(1.572)	(263.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**102.316**	**118.118**	**54.963**	**348.213**	**6.568**	**25.835**	**-**	**656.013**

Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro — Governo do Rio de Janeiro — documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 06 de Março de 2020 às 01:53:06 -0300.